



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2018v7n1p83-94

ARTIGOS DE DEMANDA

OBJETOS DE DISTINÇÃO: CULTURA MATERIAL ESCOLAR E PRÁTICAS MERITOCRÁTICAS

OBJETOS DE DISTINCIÓN: CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y PRÁCTICAS MERITOCRÁTICAS

OBJECTS FOR DISTINCTION: SCHOOL MATERIAL CULTURE AND MERITOCRATIC PRACTICES

Vera Lucia Gaspar da Silva¹
Gustavo Rugoni de Sousa³

Ana Paula de Souza Kinchescki²

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre um conjunto de práticas de distinção desenvolvidas em escolas públicas primárias de Santa Catarina/Brasil, entre os anos de 1950 e 1960 e materialidades que as representam ou a elas se conectam. Nossas análises pautam-se, sobretudo, em discussões em torno da noção de cultura material escolar, considerando-se aqui que a materialidade é um elemento importante a ser contemplado nas investigações que se dedicam a História da Educação. Se a literatura da área já nos oferece material suficiente para situarmos a instituição escolar como espaço e cenário de rituais meritocráticos, localizar e refletir sobre as materialidades

que conformam estes rituais ainda é um exercício vigoroso que favorece um aprofundamento da temática na perspectiva histórica e um olhar contemporâneo sobre a escola, reconhecendo na meritocracia um de seus traços. Neste trabalho destacamos a simbiologia em torno de assinaturas em dois distintos suportes: o Livro de Honra do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar e o Livro de Ouro da Caixa Escolar do Grupo Escolar Professora Marta Tavares. São materialidades locais que falam de um projeto de escola quase universal. Dessa forma, discorreremos acerca de estratégias acionadas pelas instituições escolares que intentavam reforçar nos alunos, famílias,

indústrias e comunidade, atitudes e comportamentos considerados merecedores de destaque, o que, indiretamente, contribuía para a legitimação de uma cultura meritocrática por meio da escola.

ABSTRACT

The objective of this article is to provoke reflection on a set of practices of distinction developed in elementary public schools of Santa Catarina/Brazil, between the years of 1950 and 1960, as well as materials that represent or connect to them. Our analyses are mainly based on discussions on the notion of school material culture, regarding materiality as an important element to the investigations dedicated to the History of Education. Once the literature of the area provides enough material to situate the school as setting of meritocratic rituals, locating and reflecting on the materials that make up these rituals becomes a robust exercise for a deeper understanding of the issue in the historical perspective which, in addition, allows a contemporary look at schools, recognizing meritocracy as one of their features. In this piece, we highlight the symbology around sig-

RESUMEN

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre un conjunto de prácticas de distinción, desarrolladas en escuelas públicas primarias de Santa Catarina, un estado del sur de Brasil, entre los años 1950 y 1960, y las materialidades que las representan o que a ellas se vinculan. Nuestros análisis se basan principalmente en discusiones que giran en torno a la noción de cultura material escolar, considerando aquí que la materialidad es un elemento importante que debe ser contemplado en las investigaciones que se dedican a la Historia de la Educación. Si por un lado la literatura del área ya nos ofrece material suficiente para que situemos a la institución escolar como espacio y escenario de rituales meritocráticos,

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Material Escolar. Meritocracia Escolar. Escola Primária.

natures of two different objects: the Honor Book of the School Group Manoel Gomes Baltazar and the School Treasury Gold Book of the School Group Teacher Marta Tavares. These are local materials that speak of a nearly universal school project. Therefore, we discuss strategies implemented by school institutions that attempted to reinforce attitudes and behaviors considered to be worthy of notice in students, families, industries and the community, indirectly contributing to the legitimation of the meritocratic culture through the school.

KEYWORDS

School material culture. School meritocracy. Elementary school.

por otro lado, ubicar y reflexionar sobre las materialidades que conforman estos rituales aún se configura como un ejercicio vigoroso que favorece una profundización de la temática en la perspectiva histórica, además de una mirada contemporánea sobre la escuela, reconociendo en la meritocracia uno de sus rasgos. En este trabajo resaltamos la simbología que está alrededor de firmas en dos soportes distintos: o Livro de Honra do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar y o Livro de Ouro da Caixa Escolar do Grupo Escolar Professora Marta Tavares. Son materialidades locales que hablan acerca de un proyecto de escuela casi universal. De este modo, discursaremos sobre las estrategias puestas en acción por instituciones

escolares que intentaban reforzar en los alumnos, familias, industrias y comunidades, las actitudes y comportamientos considerados dignos de resaltar, lo que indirectamente contribuía para la legitimación de una cultura meritocrática por medio de la escuela.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste artigo⁴ dedicam-se a análises sobre um conjunto de práticas de distinção desenvolvidas em escolas públicas primárias de Santa Catarina entre os anos de 1950 e 1960 e materialidades que as representam ou a elas se conectam. Tais análises pautam-se, sobretudo, em discussões em torno da noção de cultura material escolar, considerando-se que os artefatos materializam discursos e podem também ser reconhecidos como elementos que simbolizam ideias e interesses em torno da escola e dos diferentes objetivos pensados para a educação e para a formação dos estudantes.

Se a literatura da área já nos oferece material suficiente para situarmos a instituição escolar como espaço e cenário de rituais meritocráticos, localizar e refletir sobre materialidades que conformam estes rituais ainda é um exercício vigoroso, que favorece um aprofundamento da temática na perspectiva histórica e um olhar contemporâneo sobre a escola, reconhecendo na meritocracia um de seus traços.

Um conjunto de estudos, entre eles o de Elizete Ruschel e Ione Ribeiro Valle⁵ (2010, p. 651), chamam a atenção para a presença significativa de ideais meritocráticos na constituição de “sistemas de ensino das modernas sociedades democráticas, seja na sua concepção, seja nas suas práticas cotidianas”. Para estas

⁴ Uma versão preliminar deste trabalho foi publicada nas Atas do XI COLUBHE, evento realizado no ano de 2016, na Universidade do Porto, em Portugal.

⁵ No referido estudo as autoras anunciam como objetivo “analisar o lugar que a ideologia meritocrática ocupa na reflexão acadêmica apresentada pela Revista Perspectiva do centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina no período compreendido entre 1983 e 2005, inspiramo-nos em abordagens elaboradas no quadro da sociologia da educação” (RUSCHEL; VALLE, 2010, p. 650). Valemo-nos do trabalho destas autoras para, em certa medida, apropriarmos-nos de elementos da Sociologia para a reflexão de aspectos marcantes que constituem historicamente os projetos de escolarização.

PALABRAS CLAVE

Cultura material escolar. Meritocracia escolar. Escola primária.

autoras, tais ideais validam seleções e classificações operadas pelas escolas e implicam sobre o sucesso ou o fracasso escolar. Para o caso brasileiro, advertem:

[...] estudos recentes têm mostrado que esses ideais têm uma presença marcante na legislação educacional, sobretudo após os anos 1930, tendo legitimado as diversas formas de seleção e de classificação executadas pela escola, com consequências profundas sobre o êxito ou o fracasso escolar. (RUSCHEL; VALLE 2010, p. 651).

Reflexões como essas têm auxiliado na compreensão da força de rituais utilizados como artifícios para a formação e classificação de alunos, que deveriam, entre outras características, ser comportados, assíduos e dedicados. Ione Ribeiro Valle (2007), pesquisadora que tem se dedicado há anos aos estudos em torno dessa temática, destaca que trabalhos produzidos por Pierre Bourdieu contribuem para refletir acerca de formas de seleção e classificação legitimadas por instituições educativas. Em seus trabalhos ressalta as escolas como colaboradoras para o reconhecimento da meritocracia por meio de suas ações pedagógicas.

Dados localizados em investigações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa cujos autores deste trabalho se vinculam⁶ têm permitido identificar a presença de eventos que, por meio de registro de assinaturas nos chamados “Livros de Honra” ou cerimônias que envolviam premiações, destacavam práticas consideradas adequadas e entendidas como essenciais para a con-

⁶ Trabalho articulado aos Projetos de Pesquisa “Objetos para Consumo da Escola: O que dizem as Exposições Universais, os Museus Pedagógicos e as Leis da Obrigatoriedade Escolar” (UDESC/CNPq/FAPESC) (Em andamento); Objeitos em Viagem: Discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 – 1920) (UDESC/CNPq/FAPESC/CAPES) (Concluído em janeiro de 2018) e ao Programa de Pesquisa “A Educação nos Projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX” (CNPq), ação de caráter interinstitucional com abrangência nacional coordenada por Luciano Mendes de Faria Filho e Rosana Areal de Carvalho.

quista do “sucesso escolar”⁷. Aliás, este é um dado que chama a atenção em muitos trabalhos da área.

O componente meritocrático está enraizado na forma de organização das instituições escolares, uma forma que, no rastro das reflexões organizadas por António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000), podemos afirmar: atravessa fronteiras políticas, geográficas, econômicas e temporais, mas, guarda singularidades. Esse entendimento se sustenta num conjunto de trabalhos produzidos no âmbito da História e da Sociologia da Educação, os quais, por meio de dados empíricos e análises, vêm demonstrando a existência de uma circulação de ideias pedagógicas e do papel do Estado como um agente ativo na construção de ideais. Nesse sentido, ao se pensar sobre as escolas públicas primárias catarinenses, compreende-se que estas se apropriaram de determinadas práticas e modelos, mas, também possuem suas particularidades.

Em tese defendida em 2006⁸, António Nóvoa re-toma com força o argumento da difusão mundial da escola e chama a atenção para o papel central que, notadamente, a partir da metade do século XIX, as Exposições Universais⁹ desempenharam como difusoras de um modelo de escola alçada como ideal e que,

7 A título de exemplo citamos duas dissertações de mestrado defendidas no PPGE da UDESC. A primeira, de autoria de Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, tem como título “O valor do aluno: vestígios de práticas de avaliação na escola primária (Florianópolis/SC, 1911 a 1963)”, foi publicada em forma de ebook (São José: Centro Universitário Municipal de São José - USJ, 2014) e encontra-se disponível no endereço <http://tede.udesc.br/tede/handle/1003>. A segunda, defendida em 2015 e com autoria de Ana Paula de Souza Kinchescki, tem por título “É Preciso Fazer por Merecer: Representações Docentes Sobre O ‘Ser Aluno’ (Santa Catarina, 1940-1970)” e encontra-se disponível em <http://tede.udesc.br/tede/handle/1028>.

8 Trata-se do trabalho NÓVOA, António. La construction du «modèle scolaire» dans l’Europe du Sud-Ouest (Espagne, France, Portugal) - Des années 1860 aux années 1920. Thèse de Doctorat D’Histoire (préparée sous la direction du professeur Jean-Noël Luc). Université Paris IV – Sorbonne. École Doctorale d’Histoire Moderne et Contemporaine. Centre d’Histoire du XIXe siècle, 2006.

9 Nesses “palcos da modernidade” eram divulgados não apenas artefatos, inventos e mercadorias, mas concepções, imagens e ideais elaborados pela visão capitalista de mundo. As Exposições, dessa forma, foram dimensionadas como expoentes de um período que prometia o bem-estar social, a harmonia e o desenvolvimento. Sendo considerados espaços de ampla divulgação, esses festivais da indústria também passaram a ser utilizados pelos países participantes como meio de fortalecimento da imagem do país internacionalmente, pois seus avanços poderiam ser representados pela produção material (KUHLMANN JÚNIOR, 2001; PESAVENTO, 1997).

por isso, deveria ganhar contornos universais. Nesse movimento de análise de um contexto local que se singulariza (pelas próprias formas de apropriação), mas que não se autonomiza (porque têm modelos mais “universais” de referência) ou, como propõe António Nóvoa (2006), valoriza a dimensão internacional sem que isto implique uma desvalorização das dimensões nacionais, identificamos um modelo de escola que tem na meritocracia um de seus pilares. Este autor traz para o debate, entre outros, John Meyer (2000) e traços por ele apontados que “desenhariam” um modelo quase universal de escola: os processos de admissão, os currículos e as estruturas organizacionais.

Além das indicações dos elementos apontados por John Meyer¹⁰, António Nóvoa vai trazer a cena um importante argumento sobre o qual Jürgen Schriewer se debruça em muitos de seus estudos, os processos de internacionalização, particularmente aqueles que se dão a partir do «recurso à exemplos estrangeiros» para legitimar dinâmicas internas de cada país (NOVOA, 2006, p. 291). Aqui localizaríamos um «ponto» promissor para as análises a que nos propomos já que vemos na legislação que organiza a escola catarinense muito daquela que organizou os sistemas escolares de países de «referência» e que encontraram nas Exposições Universais uma importante vitrine para a divulgação de seus «modelos».

Diana Gonçalves Vidal (2009, p. 41) é outra importante referência que ajuda a pensar sobre a internacionalização de ideias educativas, ocorrida no fim do século XIX, bem como acerca de procedimentos de comparação por meio de estatísticas, desenvolvidos de forma a subsidiar os sistemas educativos e a elaboração de políticas públicas na área educacional. Conforme a autora, o chamado “movimento de externalização dos sistemas educativos” ocorria tendo como base ideias vindas de países considerados como referências, mas esse movimento não acontecia

10 Ao destacar aspectos semelhantes difundidos em torno de um modelo ideal de escola, John Meyer (2000) chama a atenção para contribuições da pressão internacional e da interligação entre diferentes países, que, para o autor, muitas vezes exercem mais influências entre si, do que com seus respectivos contextos internos.

de maneira automática, já que os diferentes lugares operavam (e operam) traduções culturais por meio da adaptação e da interpretação desses sistemas e os movimentos de contradifusão.

Dessa forma, ao entender as práticas culturais como frutos de trânsitos entre diferentes mundos, a pesquisadora busca estudar maneiras pelas quais a modernidade educativa era reinventada com base em discursos que a associavam à inserção de novos objetos nas escolas.

Para fomentar o “espírito” meritocrático a instituição escolar aciona diferentes dispositivos e organiza o que Vera Lucia Gaspar da Silva (2004, p. 230) nomeou como “armadilhas de sedução” no intento de incutir comportamentos almejados, tanto para os alunos quanto para os professores, produzidos em um “jogo de relações que implica negociações constantes, mais autoritárias ou mais democráticas” e que têm no estrangeiro seu contraponto de legitimação.

Na perspectiva defendida por essa autora – que no trabalho em foco investiga o período que compreende o final do século XIX e o começo do século XX – a validação de certas atitudes em detrimento de outras era uma ação desenvolvida no sentido de legitimar uma “cultura escolar idealizada”. Dessa forma, alunos ou docentes tinham suas ações avaliadas a partir de um modelo escolar específico e eram premiados ou sofriam sanções de acordo com esses valores.

Ainda conforme Vera Lucia Gaspar da Silva (2004), os sentidos do trabalho docente do ensino primário possuem como fundamento uma tríade que se baseia nas normatizações oficiais ou discursivas e que tiveram um grande enfoque na formação dos corpos e dos comportamentos moral e político daqueles que a escola deveria formar. Nesse processo, o Estado ganhou força como a instituição capaz de criar, difundir e consolidar os processos considerados civilizadores e, por essa razão, é possível identificar semelhanças em projetos de escola em diferentes países e regimes políticos. Nas palavras da autora:

A escola funcionava como espaço irradiador de uma forma “correta” de ser e estar no mundo, um modelo de referência a ser seguido para se alcançar o mundo civilizado e o progresso. Sendo modelo de referência,

exigia-se do professorado um comportamento exemplar. São comportamentos cultivados desde a escola primária, passando pela escola normal e continuando com os profissionais já inseridos nos quadros do magistério. Os comportamentos cultivados são reforçados por expedientes de sedução (ou coerção), acionados pelo professorado, pela comunidade ou pelos Estados. (GASPAR DA SILVA, 2004, p. 31).

A obrigatoriedade de ensino passa a ser, portanto, uma das formas para difundir e garantir as noções civilizatórias. O grande número de produções elaboradas no final do século XIX e começo do século XX por professores e médicos, por exemplo, indiciam a circulação de ideias em torno da proteção e do desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, com base em trabalho de autoria de Vera Lucia Gaspar da Silva & Ione Ribeiro Valle (2013) entende-se a força de discussões em torno do reconhecimento gradual da escola como um local adequado para propagar noções de cidadania e auxiliar na estabilidade e na ordem social. Com a organização dos Estados modernos, a instrução pública torna-se cada vez mais necessária e passa a ser dever e responsabilidade do Estado.

Ao tratarmos sobre a obrigatoriedade escolar especificamente no estado de Santa Catarina, as autoras acima citadas afirmam que, apesar de o Estado estabelecer dispositivos¹¹ com o intuito de garantir que esta fosse atendida pelas famílias, é possível observar “a centralização da obrigatoriedade escolar nas regiões urbanas” (GASPAR DA SILVA; VALLE, 2013, p. 311), permanecendo grande contingente das crianças catarinenses sem o atendimento escolar e sem serem alfabetizadas. Somada a diferença entre regiões, a possibilidade de cancelar a matrícula de determinados alunos por motivos disciplinares contribuiu, na perspectiva das autoras, para a construção de um projeto escolar desigual, caracterizando o discurso meritocrático que viria figurar nos séculos seguintes.

Nesse sentido, ao recorrer às normativas que conformam (no sentido mesmo de dar forma) o ensino

¹¹ Dispositivos como multa aos responsáveis das crianças que não comparecessem às escolas e o estabelecimento da garantia de materiais fundamentais para frequência dos alunos, organizado pela Diretoria de Instrução Pública.

primário catarinense desde o começo do século XX¹², é possível encontrar referências de objetos que deveriam compor o cenário escolar, os quais precisavam atender a certos objetivos e exercer distintas funções, que poderiam estar relacionadas a diferentes práticas: pedagógicas, disciplinares, higiênicas, de escrituração, entre outras. Dessa forma, são localizadas nesses documentos referências à artefatos como livros, cartilhas, carteiras, quadros, cartões de boas notas, quadros e livros de honra, entre outros.

2 IDEIAS MERITOCRÁTICAS REGISTRADOS EM SUPORTES MATERIAIS

Como componentes que estão intimamente ligados às práticas e rotinas e que, portanto, contribuem para a construção de uma cultura escolar (LAWN, 2013), os artefatos têm uma relação muito próxima com as representações construídas sobre os fazeres escolares e, por essa razão, a materialidade, em sua presença ou ausência, pode contribuir, para a efetivação de distintos rituais.

No intuito de trazer para o texto análises empíricas, destacamos, dentre esses expedientes, a simbologia em torno de assinaturas em dois distintos suportes: o Livro de Honra do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar e o Livro de Ouro da Caixa Escolar do Grupo Escolar Professora Marta Tavares. São materialidades locais que falam de um projeto de escola “quase universal”¹³. Nos registros das Exposições Universais, por exemplo, encontramos indicativos da necessidade de organizar administrativamente as

escolas e dos vários “livros” que deveriam ter, entre eles os de Honra ao Mérito.

No caso de Santa Catarina eles estão previstos na legislação que organiza o ensino primário. Embora se reconheça que esses livros tenham sido produzidos com finalidades diferentes, sendo o primeiro destinado à assinatura dos estudantes de um grupo escolar localizado no município de Araranguá (região sul de Santa Catarina/Brasil), e o segundo, às inscrições de nomes de famílias e empresas que realizavam alguma doação em benefício do Grupo Escolar Professora Marta Tavares, pertencente ao município de Rio Negrinho, situado no norte catarinense, os dois documentos compartilham entre si o fato de fazerem parte de rituais comuns à cultura escolar.

Na esteira dessas reflexões, entende-se que o “Livro de Honra” e o “Livro de Ouro” são exemplos das “armadilhas de sedução”¹⁴ – neste caso de ordem simbólica, acionadas pelo aparato escolar e cunhadas para produzir significações tanto naqueles que realizavam as assinaturas (os homenageados), quanto nos que não eram contemplados com essa distinção, uma vez que essas práticas, além de expressarem o desejo de estimular por meio do exemplo, proporcionavam um espaço de destaque para aqueles que se encaixavam no perfil buscado pelas escolas.

O acesso aos documentos aqui utilizados como fontes se deu de diferentes maneiras, o Livro de Honra foi localizado por meio de pesquisas desenvolvidas no acervo digital do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC)¹⁵, que conta com uma base de dados e fontes de um conjunto de insti-

12 Apesar de haver recomendação de premiações, elogios, menções honrosas e cartões de boas notas, o Livro de Honra ainda não figura nas páginas do Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias do Estado de Santa Catarina, aprovado em 1908. Já no Regimento Interno dos Grupos Escolares deste mesmo estado, no ano de 1911, aparece uma materialidade mais próxima dos Livros de Honra, os chamados “quadros de honra”, nos quais haveria a inscrição dos nomes dos alunos merecedores de elogios. De forma direta é no ano de 1914, no capítulo IX do Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de S. Catharina, que aparece a primeira menção aos Livros de Honra.

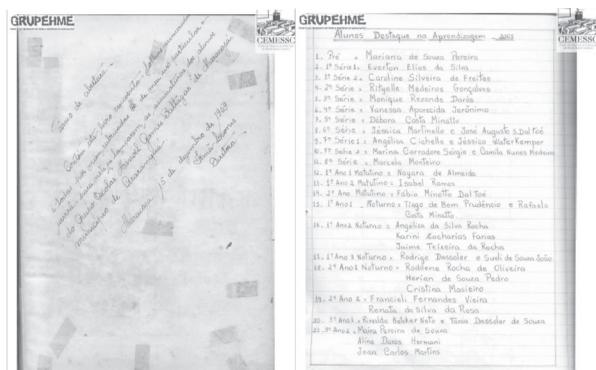
13 Esta ressalva é importante pois reconhecemos nossa falta de familiaridade com a literatura que trata da história da educação ou mesma da escola de países de “cultura oriental”.

14 Tomamos por base aqui formas de construir a análise apresentadas na Tese de Doutorado de Vera Lucia Gaspar da Silva intitulada Sentidos da Profissão Docente: Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX, organizada em seis capítulos: Delimitando o Território; Modos de Produção da Tese; Construindo Regras, Normatizando Condutas; Do Corpo Exigido: Forma física idealizada para bem exercer as funções do magistério; Do Comportamento Exigido; “Se fosse do lado deles estava tudo bem...”; Armadilhas de Sedução.

15 O Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC) pode ser acessado pelo endereço www.unesc.net/cemessc e possui sua sede física vinculada à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

tuições escolares do sul catarinense¹⁶. Esse documento, que figura como um dos protagonistas da cena da qual nos ocupamos neste trabalho, possui seu termo de abertura datado em dezembro de 1959 e contém marcas de utilização em suas páginas até o ano de 2005, com o registro de nomes de alunos considerados, em algum momento, dignos de mérito e distinção (FIGURA 1). A longevidade desse Livro, a exemplo de outros aos quais já se teve acesso¹⁷, denota, ainda que em parte, o valor simbólico que agrega.

Figura 1 – Página inicial e final do Livro de Honra do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar



Fonte: E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR (1959-2005). Disponível em: Acervo Digital do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC).

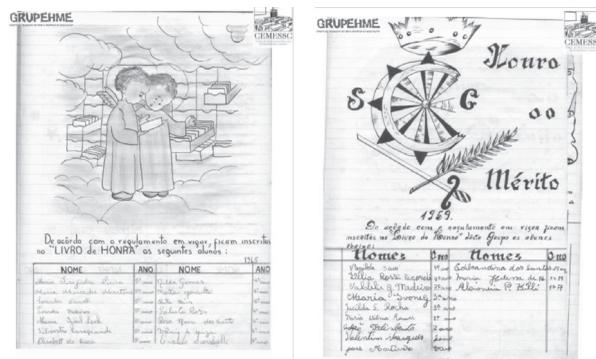
Em seu interior encontram-se imagens de símbolos cristãos, como por exemplo, anjos, cálice sagrado e iniciais de Jesus Cristo, além de textos e desenhos que caracterizam a valorização de uma moral religiosa por parte de profissionais da instituição, entre eles,

16 O texto “Navegando em memórias: um relato sobre o acervo digital do CEMESSC”, de autoria de Vera Lucia Gaspar da Silva e Ana Paula de Souza Kinchescki, traz mais informações sobre este Centro de Memória e encontra-se disponível em: <https://www.pensaraeducacaoempauta.com/vera-gaspar-04set>.

17 Por exemplo, o Livro de Honra do então Grupo Escolar Lauro Muller, atualmente Escola de Ensino Básico (instituição inaugurada em 1912 em Florianópolis, Santa Catarina/Brasil), tem seu termo de abertura datado de 1914 e seu último movimento em 1972. Cópia digitalizada encontra-se disponível no endereço <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/>

o de um aluno estudando, com um anjo da guarda fiscalizando suas ações. Contudo, não são apenas os símbolos religiosos que podem ser identificados, se fazem presentes também representações de objetos escolares como livros, penas e tinteiros, o mapa do Brasil, fotos de alunos e professores.

Figura 2 – Imagens do Livro de Honra do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar



Fonte: E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR (1959-2005). Disponível em: Acervo Digital do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC).

Ao reconhecer a escola como um espaço que, com suas práticas, colabora para a legitimação da meritocracia, os rituais assumem um papel fundamental para a conformação dos alunos a ideais pensados por instituições educativas. Dentre as ações realizadas, a assinatura no Livro de Honra “é uma forma de distinção que, além de reforçar determinado comportamento e perfil, o faz de forma pública e o registra para a posterioridade em expedientes que facilmente se publicizam, como fotografias e registros na imprensa” (KINCHESCKI; GASPARG DA SILVA; VALLE, 2017, p. 88).

A simbologia em torno do suporte no qual as assinaturas dos alunos são inscritas é um elemento que também mobiliza reflexões. Chamamos atenção para o caderno utilizado para as práticas de distinção, o qual, com o intuito de servir ao seu propósito, recebeu um tratamento especial – títulos e ilustrações. Por meio deste ritual o caderno

passa a ter outra função, pois ao ser transformado em “Livro de Honra” incorpora a responsabilidade de guardar e expor os nomes daqueles que foram reconhecidos por algum feito.

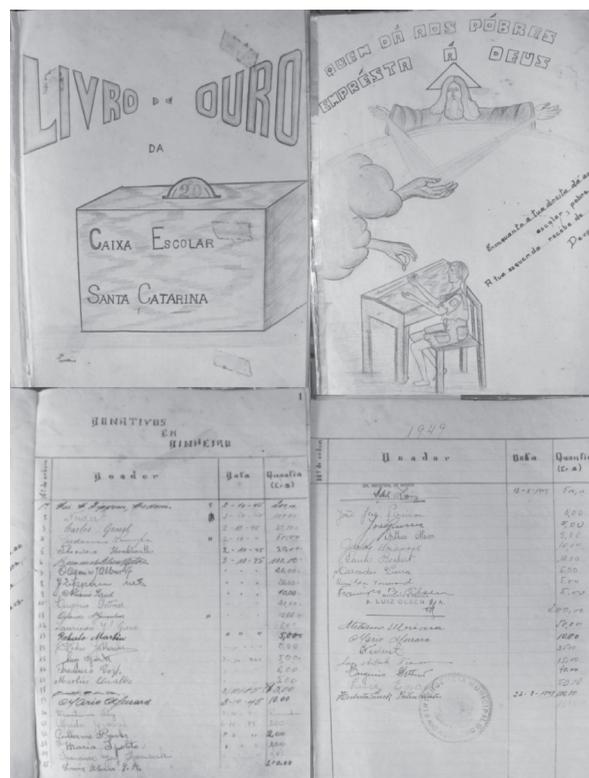
Por sua vez, o Livro de Ouro da Caixa Escolar possui registros que vão de 1945 até 1993 (apesar de não estarem contemplados todos os anos) e está disponível no acervo da Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares, o qual conta com documentos desde sua fundação até os dias atuais. Esta instituição pública, além de guardar e preservar uma grande quantidade de documentos – livros de avisos, correspondências, atas de reuniões, notas fiscais, entre outros –, conta com um serviço de organização, catalogação e identificação, mantido pelos próprios professores e funcionários da escola, os quais não se imobilizam diante das dificuldades sabidas em preservar a vasta documentação.

As alternativas para garantir e qualificar a conservação deste acervo é uma experiência notável e oportuniza o acesso a um conjunto documental raro que vem servindo de base para muito dos estudos produzidos pelo grupo de pesquisa ao qual os autores deste texto pertencem¹⁸.

No caso dos dois artefatos eleitos como fontes principais destas análises, tanto no Livro de Ouro da Caixa Escolar como no Livro de Honra, utiliza-se a inscrição das assinaturas como forma de distinção e registro de alguma “boa ação”, em benefício da escola. Encontram-se também, como já comentado, imagens alusivas a uma moral religiosa, contudo, de maneira diferenciada. A filantropia social, embora de fundo caritativo, sobressai e pode ser identificada também em carimbos de fábricas que realizaram doações. Resta saber se o objetivo maior era contribuir com a escola ou alcançar a distinção que a inscrição no Livro de Ouro da Caixa Escolar renderia.

¹⁸ Para maiores informações, indicamos a leitura do texto *Acervo Marta Tavares: Um acervo insólito?* De autoria de Vera Lucia Gaspar da Silva, Ana Paula de Souza Kincheski e Gustavo Rugoni de Sousa. Disponível em: <https://www.pensaraeducacaoempauta.com/vera-gaspar-7ago>.

Figura 3 – Livro Ouro da Caixa Escolar da Escola Estadual Básica Professora Marta Tavares



Fonte: E.E.B. PROFESSORA MARTA TAVARES (1945-1993).

Disponível em: Acervo da E.E.B. Prof.^a Marta Tavares, Rio Negrinho – SC.

Em Santa Catarina, contribuições desta ordem foram regulamentadas já no Decreto catarinense nº 976 de 14 de novembro de 1916, que estabelece a Caixa Escolar como “fiel depositária”. Sélia Ana Zonin (2017), em sua dissertação de mestrado que trata da caixa escolar na escolarização da infância catarinense entre os anos de 1938 e 1945, sinaliza que esta era uma associação de caráter assistencial que passou a ser obrigatória no ano de 1916¹⁹ nos grupos escolares

¹⁹ Consideramos importante ressaltar que indícios localizados por Sélia Zonin (2017) sinalizam a existência de iniciativas em torno de associações

e escolas reunidas, enquanto sua criação era facultativa nas escolas isoladas.

Conforme o Decreto nº 976 acima citado, essa associação era considerada fundamental para atender as demandas que o Estado não conseguia cumprir, devido à falta de recursos. Como exemplo de materiais que poderiam ser comprados com dinheiro proveniente dessa associação, pode-se citar livros, objetos diversos, alimentos, prêmios, uniformes, calçados além de subsidiar a assistência médica e dentária às crianças.

[...] o auxílio material aos alunos pobres ultrapassava o âmbito da materialidade, alcançando dimensões de outra ordem, ao que nos parece, igualmente importante, pois se pretendia que elas tocassem o sentimento das crianças de forma que, ao crescerem, se transformassem em adultos solidários e caridosos. (ZONIN, 2017, p. 42).

A partir da identificação de carimbos que representavam marcas de fábricas da região, conforme anteriormente mencionado, foi possível ampliar as reflexões na direção de questionar se eram apenas alunos os interessados em se destacar com a inscrição de seus nomes em artefatos como estes. Ao perceber que as doações não eram realizadas apenas por parentes dos alunos, mas também por indústrias, destacamos outros desdobramentos nas relações em torno da indústria e da escola. Dessa forma, considerando a escola como um importante mercado, identificamos a existência de uma relação que ultrapassa os limites do “compra e venda”: a honra recebida pelas doações também pode ser entendida como um reconhecimento importante para ações de indústrias devido ao alcance por elas proporcionado.

Uma das empresas que contribuiu com doações para o Grupo Escolar Professora Marta Tavares, no ano de 1949, foi a Móveis CIMO²⁰, que durante sua trajetória idealizou, fabricou e comercializou diversos artefatos para atender as demandas escolares. Reconhecida nacional e internacionalmente, a Móveis CIMO tem sua

assistenciais como a caixa escolar no Período Imperial.

20 Sobre o assunto, indicamos a dissertação de Gustavo Rugoni Sousa “Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)”. Disponível em: <http://tede.udesc.br/tede/handle/1029>

história entrelaçada ao desenvolvimento de Rio Negrinho. Gustavo Rugoni de Sousa (2015), ao investigar relações existentes entre a fábrica e o mercado escolar, localiza diversos documentos que trazem indicativos de sua importância para o desenvolvimento do setor moveleiro catarinense e brasileiro, devido a qualidade, o design elaborado para seus produtos e os avanços tecnológicos implementados em seu parque fabril.

Assim como o Grupo Escolar Professora Marta Tavares, a fábrica também se situava na cidade de Rio Negrinho, o que permite pensar que a assinatura da empresa no Livro Ouro da Caixa Escolar poderia servir como um marketing junto à sociedade, pois condutas “bondosas” formavam uma propaganda da marca e, por consequência, dos seus produtos.

Doações realizadas pela empresa também podem ter contribuído para fortalecer a imagem de seu proprietário, Jorge Zipperer, que exerceu diversos cargos públicos no Estado e na cidade, dentre os quais mandatos como vereador em Rio Negrinho. Portanto, o ritual de recolha de sua assinatura no Livro de Ouro de uma instituição escolar pode ser compreendido como uma prática que contribuía para legitimar e difundir concepções meritocráticas, assim como (re)afirmar o papel exercido por determinadas personalidades e empresas, possibilitando que seus status de influência fossem mantidos e/ou fortalecidos.

Ao inscreverem suas assinaturas nos Livros, alunos, empresas e empresários poderiam, ainda que indiretamente, reforçar sua relevância social. Compreende-se que a relação existente entre objetos e práticas é um aspecto constitutivo de uma cultura escolar e material, por esta razão, os registros empíricos que demonstram as práticas de assinaturas nos Livros auxiliam na discussão acerca de uma coerção sutil realizada pela escola, a qual não alcança somente os alunos, mas também familiares e empresas que poderiam ter seus nomes e marcas associados aos “bons costumes” bem como serem reconhecidos como “exemplos a serem seguidos” por meio do destaque alcançado ao assinar os livros.

Deste modo, a proposta de analisar estes documentos foi motivada pelo desejo e necessidade de

refletir sobre estratégias acionadas pelas instituições escolares que intentavam reforçar nos alunos, famílias e comunidade, de modo geral, atitudes e comportamentos considerados merecedores de destaque, o que, indiretamente, contribuía para a legitimação de uma cultura meritocrática por meio da escola. Defende-se, neste trabalho, que os artefatos têm uma relação muito próxima com as representações construídas sobre os fazeres na escola, que as fontes materiais são “aspectos significativos do projeto educativo” por contribuírem “para que a instituição escolar cumprisse (e cumpra) sua tarefa de instruir/educar/moralizar/civilizar” (GASPAR DA SILVA; PETRY, 2012, p. 20).

REFERÊNCIAS

- E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR. Livro de Honra ao Mérito. [1959-2005]. In: Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação. **Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar**: Documentos disponibilizados em 2010 - v.1. Criciúma, SC: GRUPEHME. Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- E.E.B. PROFESSORA MARTA TAVARES. **Livro Ouro da Caixa Escolar do Grupo Escolar Professora Marta Tavares**. Rio Negrinho, 1943. Acervo: E.E.B. Prof^a Marta Tavares.
- GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Sentidos da profissão docente**: Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE/USP, São Paulo, 2004.
- GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela. Apresentação. In: **Objetos da escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012. p.19-24.
- GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; VALLE, Ione Ribeiro. Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade da força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia (Org.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p.303-319.
- KINCHESECKI, Ana Paula de Souza; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; VALLE, Ione Ribeiro. Materialidades educam? Representações de professoras aposentadas de escolas públicas primárias (Santa Catarina, 1940-1970). **Revista de Educação Pública.**, v.26, n.63, set-dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/issue/view/401>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista - SP: Universidade São Francisco, 2001. 262 p.
- LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. Tradução: David Antonio da Costa; Gustavo Rugoni de Sousa. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.14, n.26, p.222-243, jan-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013222>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- MEYER John. Globalização e currículo. In: NOVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Ed.). **A difusão mundial da escola**. Lisboa: Educa, 2000. p.15-32.
- NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola**. Lisboa: Educa, 2000.
- NÓVOA, António. **La construction du «modèle scolaire» dans l'Europe du Sud-Ouest (Espagne, France, Portugal) - Des années 1860 aux années 1920**. Thèse de Doctorat D'Histoire (préparée sous la direction du professeur Jean-Noël Luc). Université Paris IV – Sorbonne. École Doctorale d'Histoire

Moderne et Contemporaine. Centre d'Histoire du XIX^e siècle, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHEL, E; VALLE, I.R. Ideologia meritocrática e reflexão acadêmica: a contribuição da Revista Perspectiva do ced/ufsc (1983-2005). **Perspectiva.** Florianópolis, v.28, n.2, p.649-675, jul-dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2010v28n2p649/18452>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SANTA CATARINA. Regimento Interno das Escolas Publicas Primarias. **Decreto n. 371.** 25 mar. 1908. Florianópolis: Gab. Typ. D'<O Dia>, 1908. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. **Decreto n. 588.** 22 abr. 1911. Florianópolis: Gab. Typ. D'<O dia>, 1911. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. **Decreto n. 795.** 2 mai. 1914. Joynville: Typ. Boehm, 1914. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Relatório da Secretaria Geral dos Negócios do Estado de S. Catharina. **Decreto nº 976,** 14 abr. 1916. Florianópolis, 1916. Acervo: Apesc.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1952).** 2015. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.33, n.1, p.117-134, jan-abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a08v33n1.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009. p.37-54.

ZONIN, Sélia Ana. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945).** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

1 Doutora com pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo – USP; Professora Associada da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado); Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares – OPE; Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPq. E-mail: vera.gaspar.udesc@gmail.com.

2 Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Professora Substituta – UDESC, atuando na graduação. Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares – OPE. E-mail: anapaulakin@gmail.com.

3 Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Professor Substituto – UDESC, atuando na graduação; Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares – OPE. E-mail: gustavorugoni@gmail.com

Recebido em: 5 de Maio de 2018
Avaliado em: 17 de Julho de 2018
Aceito em: 17 de Julho de 2018
